

27 A 29 DE MAIO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Com pleitos da Abraceel, MME envia à Casa Civil proposta para renovar concessões de distribuição

5

CCEE convoca AGE para eleger novo CAd e associadas têm até terça-feira, meio-dia, para sugerir nomes para vagas do segmento

8

Sumário Regulatório

12

Monitoramento: Período Sombra

13

Abraceel na Mídia

15

Curtas

22

E o Congresso?

24

Próxima Semana

Com pleitos da Abraceel, MME envia à Casa Civil proposta para renovar concessões de distribuição

Matéria em 1 minuto:

- Ainda sem publicação oficial, diretrizes foram divulgadas pela imprensa e comentadas publicamente pelo Ministro Silveira;
- Texto traz pleitos da Abraceel, como a separação das atividades de fio e energia, regras para compartilhamento de dados e maior digitalização das redes;
- Aneel poderá autorizar concessionárias a exercerem outras atividades empresariais, com separação contábil para aquelas que podem ser prestadas em ambiente competitivo.

A depender do conteúdo já divulgado extraoficialmente via imprensa, a renovação das concessões de distribuição de energia será oferecida às atuais concessionárias, desde que sejam contempladas diretrizes que preparam o ambiente comercial e regulatório para a abertura mais ampla do mercado de energia, conforme pleitos da Abraceel.

O decreto, segundo declarações do ministro de Minas e Energia, foi enviado para a Casa Civil, etapa que precede a divulgação no Diário Oficial da União (DOU).

Entre os pleitos da Abraceel, destaque para a separação tarifária e contábil das atividades de fio e energia, regras para o compartilhamento de dados dos consumidores e medidas para ampliar a digitalização das redes.

A política pública afeta diretamente 20 concessionárias responsáveis por 64% da distribuição de energia elétrica no país.

Confira os principais pontos da proposta divulgada extraoficialmente:

- as distribuidoras deverão realizar a separação tarifária e contábil das atividades de comercialização regulada de energia e de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme prazos e diretrizes da Aneel, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro;
- as concessionárias poderão exercer outras atividades empresariais e oferecer novos serviços aos consumidores, sujeitos à autorização da Aneel;
- deverá haver a separação dos serviços a serem prestados pela concessionária, podendo alguns futuramente serem prestados em ambiente competitivo por outros agentes setoriais, com vistas a beneficiar o consumidor com a ampliação da concorrência no setor elétrico;

- a proteção dos dados pessoais dos consumidores será garantida, cabendo a esses permitir o compartilhamento de dados com terceiros para benefício da concorrência;
- a digitalização das redes será estimulada gradualmente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia;
- a prorrogação das concessões não poderá prever indenização por eventual abertura ao ambiente competitivo;
- a Aneel será responsável por definir a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão, de forma a assegurar condições mínimas, como sustentabilidade econômico-financeira e atendimento ao mercado;
- como “jabuti”, altera o Decreto 5.177, para retirar a necessidade de não coincidência dos mandatos dos eleitos ao Conselho de Administração da CCEE.

A minuta divulgada via imprensa também traz a instituição da Rede Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Renacon). O órgão, de natureza colaborativa e adesão voluntária, tem o objetivo de incentivar a atuação em rede dos Conselhos de Consumidores e harmonizar a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao serviço público de energia elétrica. A composição, competência e funcionamento da Renacon serão disciplinados por ato do Ministro de Minas e Energia.

Confira o texto divulgado extraoficialmente [aqui](#).

CCEE convoca AGE para eleger novo CAd e associadas têm até terça-feira, meio-dia, para sugerir nomes para vagas do segmento

Matéria em 1 minuto:

- Na quarta-feira, 05.06, a diretoria da Abraceel irá verificar se os candidatos para as vagas de conselheiro titular e suplente da CCEE preenchem os requisitos e, na quinta-feira, 06.06, o CAd da Abraceel realizará eventual sabatina com os candidatos;
- Associadas interessadas em recomendar nomes para a vaga de comercialização podem enviar sugestões ao Conselho de Administração da Abraceel, responsável pelas indicações do segmento;
- Há regras de impedimentos e requisitos de qualificação para os candidatos indicados que devem ser considerados.

A CCEE divulgou o processo e os prazos para a indicação dos oito membros da nova composição do seu novo Conselho de Administração, cuja eleição ocorrerá na 74ª AGE em 25.06, às 9h, em primeira convocação, e às 10h, em segunda convocação. O processo segue o novo Estatuto Social aprovado na semana passada.

Serão quatro membros indicados pelo MME e os outros quatro divididos entre as categorias de comercialização, consumo, distribuição e geração, bem como os respectivos suplentes. O MME e cada categoria poderão indicar até três nomes para cada vaga, os quais serão avaliados por uma consultoria que ficará responsável por assegurar o cumprimento dos requisitos e avaliar possíveis impedimentos.

Caso haja indicação de mais de três nomes por vaga, haverá votação à parte, apenas da categoria em que isso ocorrer, para a seleção prévia dos três nomes mais votados, que serão então encaminhados para análise da consultoria.

Indicação da Abraceel para a vaga de comercialização

Em reunião do CAd da Associação realizada no último dia 20.05 e aberta às associadas, ficou definido que a indicação para as vagas de conselheiro e suplente a ser feita pela Abraceel será conduzida pelo próprio Conselho, em linha com prática adotada até hoje.

As associadas interessadas em indicar nomes podem enviar suas sugestões aos membros do Conselho de Administração da Abraceel.

O cronograma interno da Abraceel para o processo é o seguinte:

-04.06 (terça-feira) às 12h - prazo para as associadas sugerirem ao CAd da Abraceel candidatos para as vagas da comercialização. Para isso, é necessário que os candidatos preencham o seguinte [formulário](#);

-05.06 (quarta-feira) – último dia para a Diretoria da Abraceel verificar se os candidatos preenchem os requisitos;

-06.06 (quinta-feira) – realização de eventual sabatina com os candidatos e o CAd da Abraceel;

-07.06 (sexta-feira) – formalização da indicação na CCEE – os candidatos indicados receberão link para preencher informações e enviar os documentos comprobatórios requeridos, o que deve ser feito até 10.06.

Para mais detalhes do processo e dos prazos, acesse a íntegra do [comunicado da CCEE](#).

Confira os impedimentos e requisitos para indicação ao CAd CCEE

Impedimentos (Art. 23 do Estatuto Social):

Artigo 23. São inelegíveis os candidatos indicados à eleição ao cargo de membros do Conselho de Administração que não atenderem, comprovadamente, as seguintes situações (“Impedimentos”):

I. Nacionalidade brasileira;

II. Idoneidade moral e reputação ilibada; e

III. Ter atuado por:

(i) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, em função de direção superior; ou

(ii) 4 (quatro) anos em um dos seguintes cargos no setor elétrico ou em área conexas:

(a) cargo de direção ou de chefia superior, entendendo-se como cargo de chefia superior àquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa, ou

(b) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público, ou

(c) cargo de docente ou de pesquisador; ou

(iii) 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no setor elétrico ou em área conexas.

O Impedimento “Idoneidade Moral e Reputação Ilibada” será constatado caso os indicados pelo MME e/ou pelas Categorias, conforme o caso, se enquadrarem em qualquer uma das seguintes hipóteses:

I. Estar impedido por lei, por ter sido condenado pela prática de ato de improbidade administrativa, por crime falimentar, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, contra a economia popular, a fé pública, administração pública e o patrimônio público, a propriedade privada, o sistema financeiro nacional e o mercado de capitais, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II. Ter sido condenado pelos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública, eleitorais, de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos, de redução à condição análoga à de escravo, contra

a vida e a dignidade sexual ou praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III. Estar inabilitado para o exercício de cargos de administração em instituições integrantes do sistema financeiro ou companhias abertas;

IV. Ter sido declarado falido ou insolvente, salvo se determinada, por decisão judicial definitiva, a extinção de suas obrigações, nos termos da lei;

V. Ter sido responsabilizado, administrativa, civil ou criminalmente pela falência ou insolvência de quaisquer sociedades, ou por atos ou omissões praticadas na qualidade de controladores ou administradores; e

VI. Ter atuado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

Requisitos de qualificação

- Formação acadêmica e atuação relevantes no setor elétrico; e
- Atuação por 10 anos em qualquer dos cargos previstos no art. 23, III, independentemente do nível hierárquico ser ou não estatutário.

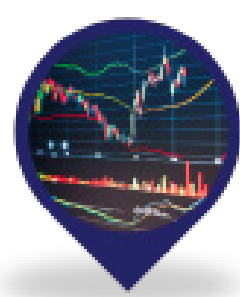
SUMÁRIO REGULATÓRIO

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
Varejista	<p>Duas reuniões do Grupo Técnico sobre a 2ª fase da CP 28/2023.</p> <p>Workshop CCEE e Momento Capacita sobre 2ª fase da CP 28/2023.</p> <p>Contratação da consultoria BIP Group para estudo de benchmarking do Open Energy.</p> <p>Minuta de contribuição enviada às associadas, recebeu contribuições até 27.05.</p> <p>Divulgação no site da Abraceel das associadas varejistas.</p>	<p>Reunião do GT sobre 2ª fase da CP 28, em 03.06, às 15h30.</p> <p>Conclusão da contribuição da Abraceel para a 2ª fase da CP 28.</p> <p>Reunião do GT sobre estudo do Open Energy, a ser agendada.</p>
Migração	<p>Aneel divulga painel com problemas relatados na Ouvidoria, 187 relacionados à migração, e com base em categorização sugerida pela Abraceel.</p> <p>Aneel e Abraceel em tratativas sobre casos concretos.</p> <p>Reunião com Abradee sobre manuais de migração ao ACL.</p>	<p>Reunião com SFF, SFT e STD da Aneel sobre encaminhamentos dos problemas de migração ao ACL protocolados na Agência.</p> <p>Mapeamento de novos casos recebidos no “Fa-leAqui!”.</p> <p>Elaboração de manual para a migração ao ACL para os consumidores varejistas.</p>
Abertura do Grupo B	<p>Reunião com a Casa Civil.</p> <p>Lançamento de estudo da Abraceel e Volt Robotics sobre abertura do mercado para indústria e comércio em almoço com parlamentares e convidados, em 15.05.</p>	<p>Conclusão de estudo interno sobre contratos legados.</p> <p>Apresentação e discussão de propostas com o MME.</p>

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
Abertura do Grupo B	Reunião com associações para discussão de proposta de PL para abertura total do mercado.	Apresentação para o MDIC do estudo dos benefícios da abertura para indústria e comércio.
Segurança do mercado	Reuniões do Comitê de Implementação do Monitoramento. Momentos Capacita CCEE.	Publicação de boletim mensal com destaques do “período sombra” do monitoramento.
Governança CCEE	<p>Assembleia Geral Extraordinária da CCEE aprova as alterações do estatuto social, em 23.05.</p> <p>Reuniões do CAd Abraceel e com os representantes das associadas sobre o estatuto social e critério de escolha do candidato da categoria de comercialização.</p> <p>Aneel flexibiliza regra e permite acumulação por seis meses dos cargos de Presidente-Executivo e Presidente do CAd da CCEE.</p>	<p>Homologação pela Aneel do novo estatuto social.</p> <p>CAd Abraceel recebe das associadas nomes para indicação de novo conselheiro da CCEE, da categoria de comercialização, e define candidatos do segmento.</p> <p>Assembleia para deliberação dos novos conselheiros da CCEE, em 25.06.</p>
Governança na formação de preços	<p>Cpamp promove workshop em SP e abre CP MME 162/24 com recomendações para alterações nos modelos para 2025.</p> <p>GT Abraceel discute propostas da Cpamp.</p> <p>Envio de carta à Cpamp solicitando estudos com o Dessem.</p> <p>Formulário enviado aos associados para mapeamento do posicionamento. Respostas até 29.05.</p>	<p>Reunião do GT em 04.06 para discutir a contribuição da Abraceel.</p> <p>Conclusão e envio da contribuição da Abraceel para o MME.</p>

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS
Subsídios e eficiência	<p>Reunião com a Casa Civil.</p> <p>Reunião no Deinfra (Fiesp).</p> <p>Reunião de associações com o Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin e o relator do PL da eólica offshore, Senador Weverton Rocha.</p> <p>Estudo sobre alocação/pagamento dos subsídios nos ambientes livre e regulado.</p>	<p>Finalização do estudo e produção de material informativo.</p> <p>Reunião com o Ministério da Fazenda em conjunto com outras associações.</p>
Gás natural	<p>ANP aprova AIR de acesso às infraestruturas essenciais para abertura de CP.</p> <p>Com apoio da Abraceel, Fórum do Gás contribui em CP MME sobre transição energética.</p> <p>Conselho de Carregadores de gás natural pede transparência e dados atualizados de conta regulatória das transportadoras.</p> <p>Reunião com ANP sobre avanços da agenda regulatória.</p> <p>ANP veta injeção de gás do Terminal de Regaseificação no gasoduto Subida da Serra.</p>	<p>Continuidade da execução do plano de trabalho via Fórum do Gás e Conselho de Carregadores de gás natural.</p>
Outros temas	<p>CNPE define diretrizes para valoração dos custos e benefícios da MMGD, acatando pleitos da Abraceel na CP MME de 2022.</p> <p>MME divulga acordo com o Paraguai que permite venda de excedente de Itaipu no mercado livre a partir de 2027.</p>	<p>Publicação do decreto de renovação das concessões de distribuição.</p>

TEMA	STATUS	PRÓXIMOS PASSOS	
Outros temas	MME envia à Casa Civil diretrizes para renovação das concessões de distribuição com medidas alinhadas à abertura total do mercado.		
Internacional	Missão ao Cigre confirmada, de 25 a 30.08.	Inscrições abertas.	seguem



PERÍODO SOMBRA

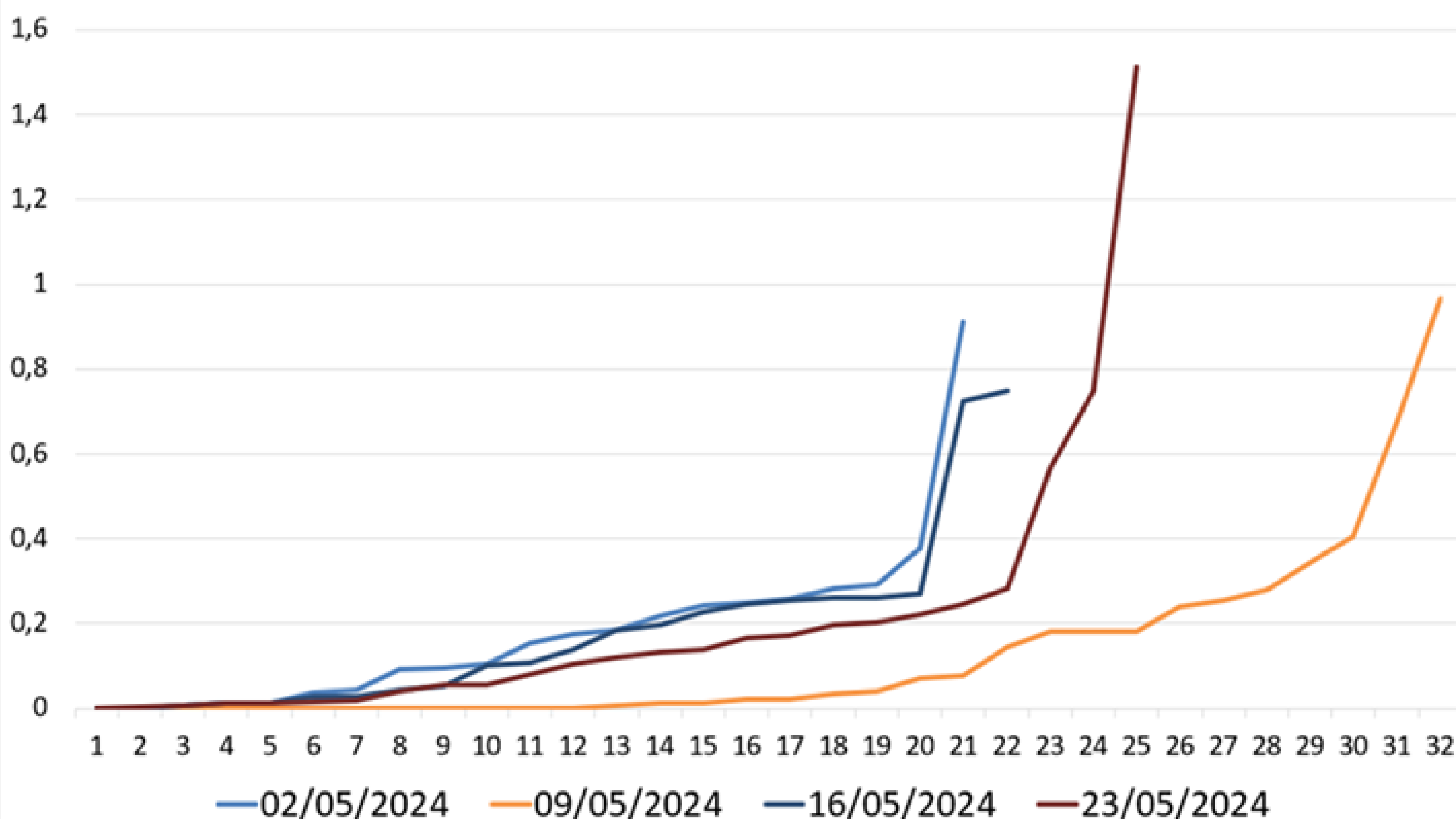
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	23.05
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	91%
Autoprodutor	100%
Gerador	95%
Produtor Independente	96%

23.05	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	4%	5%	5%	3%
FA zero	71%	70%	74%	57%	65%
FA maior que zero	24%	16%	16%	36%	26%
Média FA (maior que zero)	0,2045	0,3847	0,0187	0,5196	1,2355
Média FA	0,05	0,07	0,00	0,20	0,36
Desvio Padrão	0,18	0,68	0,01	1,48	5,84

Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel



ABRACEEL NA MÍDIA



Paraguai pode comercializar energia no ACL brasileiro

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Migração para o mercado livre de energia pode beneficiar industriais e comerciais

Fonte: Diário do Comércio

[Acesse aqui](#)



Janela aberta ao mercado livre pode reduzir custos da indústria e do comércio

Fonte: Correio Braziliense

[Acesse aqui](#)

ABRACEEL NA MÍDIA



ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS

CURTAS

Silveira propõe transferir subsídios para orçamento federal

O ministro Alexandre Silveira propõe que R\$ 15 bilhões em subsídios atualmente incluídos nas [tarifas de energia elétrica](#) sejam transferidos para o Orçamento Geral da União (OGU). Esses subsídios, pagos pela CDE, representam 15% da tarifa dos consumidores de baixa e média tensão. A proposta visa aliviar as contas de luz e foi discutida com o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, o programa Luz Para Todos pode deixar de ser financiado pela CDE a partir de 2027. A revisão inclui avaliar e possivelmente cortar subsídios ineficientes, como os destinados à irrigação e grandes produtores.

Ministro também defende contrapartidas sociais em reforma do setor elétrico

O ministro Alexandre Silveira afirmou que a reforma do setor elétrico em elaboração pelo governo será [polêmica](#) e incluirá contrapartidas sociais para fontes intermitentes. Previsto para ser enviado ao Congresso até setembro, o projeto visa resolver problemas de subsídios, encargos e distorções entre os mercados regulado e livre. Silveira explicou que a transição energética deve ser sustentável e economicamente viável, destacando a importância social das hidrelétricas e PCHs.

Aneel autoriza acúmulo de cargos de Diretor-Presidente e Presidente do CAd da CCEE por seis meses

Em 28.05, durante reunião da Diretoria da Aneel, a Agência reformulou seu entendimento anterior, contrário ao acúmulo dessas funções, proferido por ocasião da discussão sobre a regulamentação do Decreto 11.835/2023, referente à nova governança da Câmara. Por voto unânime dos quatro diretores presentes, foi acatado o requerimento da CCEE para permitir o acúmulo dos cargos de Presidente do Conselho de Administração da CCEE e de Diretor-Presidente por seis meses, a partir da homologação do estatuto social da CCEE pela Aneel. O processo foi relatado pelo Diretor Ricardo Tili.

Abraceel discute problemas de migração com Abradee

No dia 27.05, a Abraceel reuniu-se com a Abradee para discutir a padronização do processo de migração ao mercado livre de energia, quando informou que está sugerindo à Aneel a criação de um manual padronizado para orientar esse processo. Giovanna Bezerra, Trainee de Energia da Abraceel, apresentou estudo elaborado pela Associação que detectou ausência de padronização nos processos de migração das distribuidoras, revelando que algumas exigem requisitos além dos que constam em regulação, como o termo de repactuação. A Abradee destacou que a Resolução Normativa 1000 exige algum meio de notificação à distribuidora sobre a intenção do

cliente de migrar, indicando que a exclusão dessa exigência poderia ir contra o que está disposto na regulação. No fim da reunião, a Abradee solicitou que no documento apresentado pela Abraceel sejam indicadas quais etapas do processo de migração estão em desconformidade com a regulação, pois irão internalizar o tema para retornar à Abraceel na sequência.

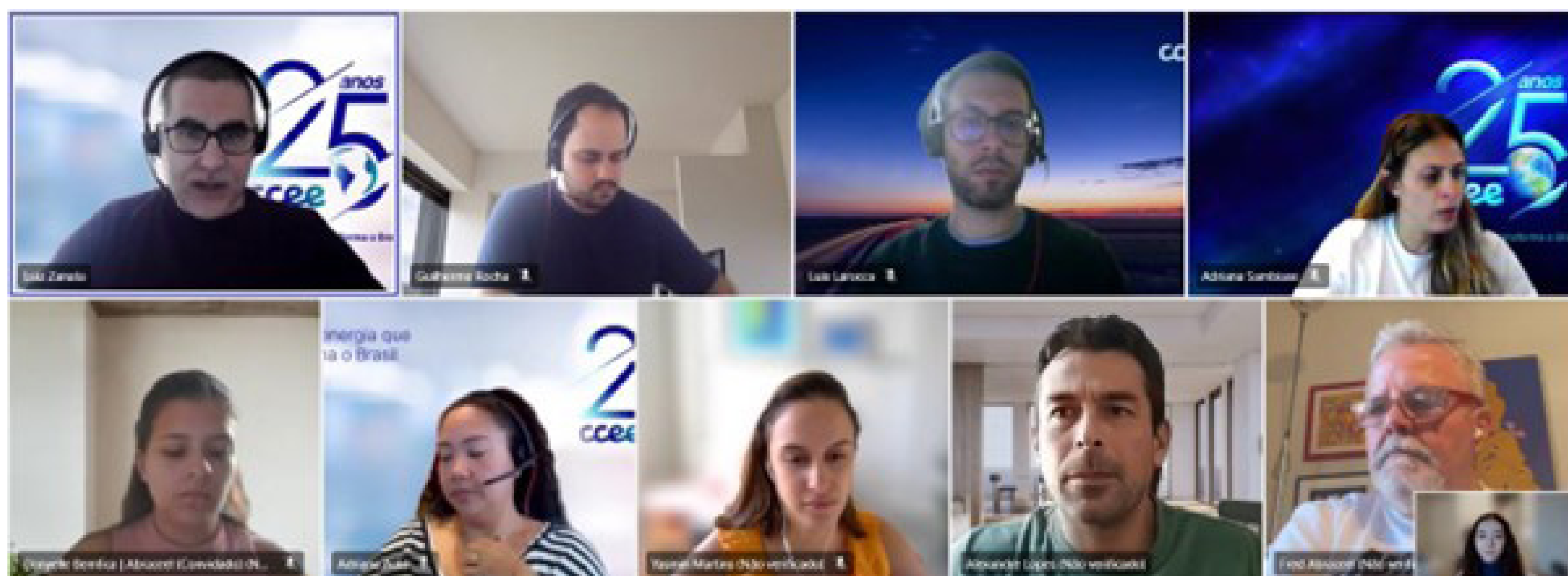
Aneel abre CP para aprimorar elaboração do PMO, CMO e PLD

A Aneel abriu a Consulta Pública 14/2024, a se realizar no período de 30.05 a 14.07, para colher subsídios para propostas de alteração dos Procedimentos de Rede apresentadas pelo ONS, bem como para as sugestões de mudanças nas Regras e Procedimentos de Comercialização apresentadas pela CCEE, referentes às modificações em razão da revisão da Resolução 1.032/2022, que trata dos critérios e procedimentos para elaboração do PMO, CMO e PLD. A Abraceel irá analisar os documentos.

Abraceel discute reforma tributária com Bichara Advogados

No dia 27.05, a Abraceel reuniu-se com Pedro Siqueira, especialista do escritório Bichara Advogados, para discutir os impactos da regulamentação da reforma tributária no setor elétrico, com base nas preocupações das associadas sobre pontos do PLP 68/2024, especialmente sobre os impactos na atividade de comercialização. Siqueira sugeriu a realização de um estudo para avaliar o custo adicional que isso representaria, especialmente quanto ao risco de cobrança repetida de imposto sobre atividades intermediárias da atividade de comercialização. Outro ponto discutido foi o impacto nos contratos privados de compra e venda de energia. Pedro mencionou que, em tese, seria possível prever essa atribuição também para contratos privados, mas isso não foi incluído no PL atual. O especialista destacou ainda que o foco agora deve ser dado à base de cálculo, que inclui todas as tarifas e tributos e sugeriu que é possível pleitear a não inclusão de certos itens da atividade de comercialização na base de cálculo.

Abraceel discute redução do prazo de liquidação com a CCEE



No dia 27.05, a Abraceel reuniu-se com Luiz Zanata, Gerente Executivo de Contabilização e Liquidação, e equipe para discutir propostas de redução do prazo de liquidação na CCEE. A Abraceel agendou a reunião com a CCEE para entender quais atividades já estão ocorrendo em favor do tema e como a Associação pode contribuir para melhorar o processo. A CCEE apresentou algumas ações já vigentes para reduzir o calendário de liquidação, como a divulgação antecipada, com um dia de antecedência, do aporte de garantias financeiras, e redução do prazo de recontabilização e flexibilidade nos ajustes de medição. A Câmara também mencionou que estuda novas melhorias para aumentar a previsibilidade e reduzir o tempo de resposta para o mercado. Por fim, a CCEE informou que realizará mais estudos internos e agendará nova reunião com a Abraceel para discutir os avanços já realizados e as ideias da Câmara para futuros aprimoramentos para a redução do prazo de liquidação do MCP.

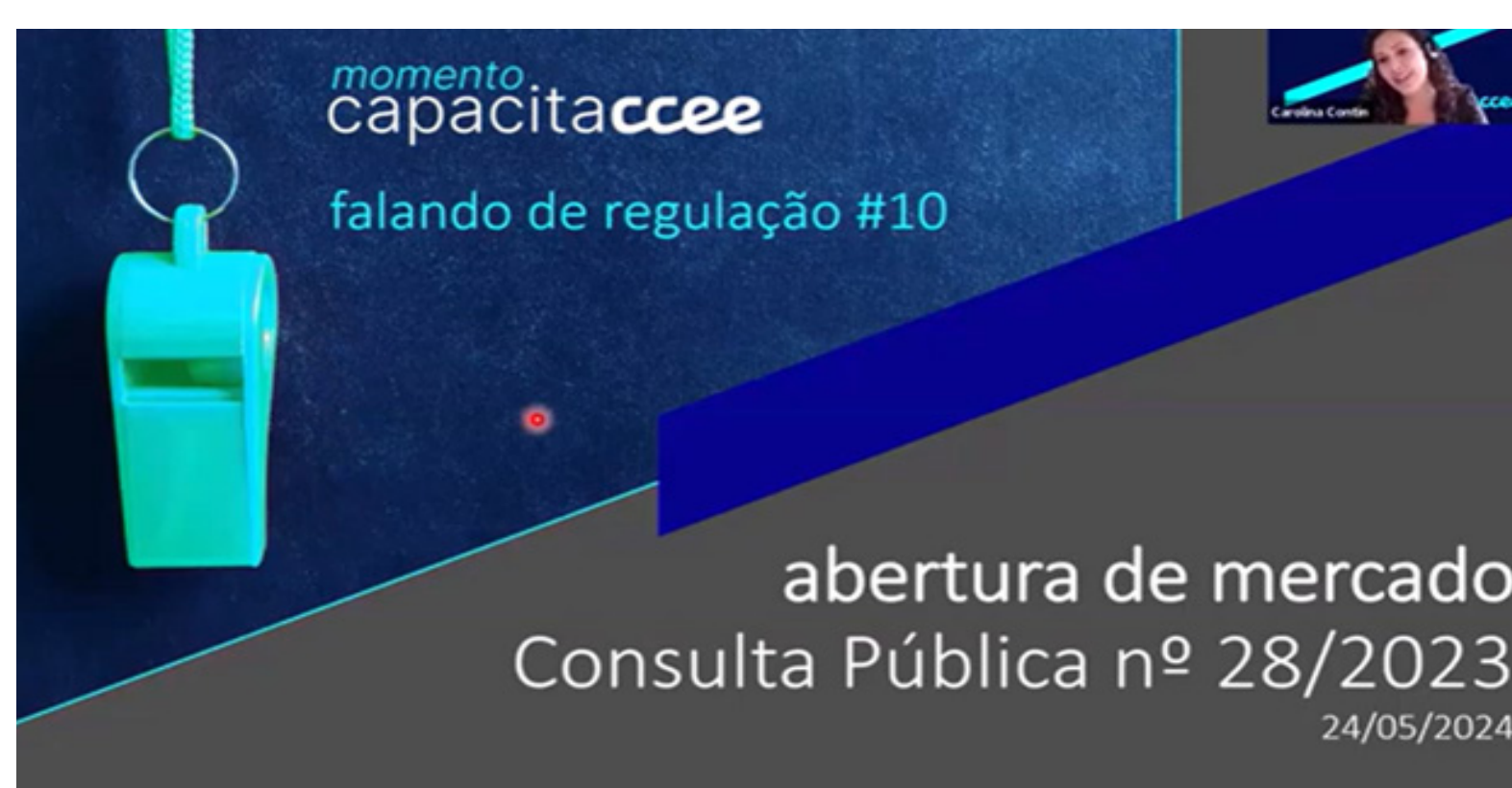
Estudo sobre Open Energy deve ser concluído na próxima semana

No dia 27.05, a Abraceel e a Consultoria BIP Group discutiram os avanços do estudo sobre benchmarking do Open Energy, em fase de elaboração. Na ocasião, a consultoria detalhou o modelo de adoção, situação atual, escopo, órgãos e instituições envolvidas em cada país analisado, comparando-os com o Open Finance e Open Insurance no Brasil. Além disso, foram apresentados quais consumidores são elegíveis, quais dados são passíveis de compartilhamento e como eles podem ser compartilhados, bem como as tecnologias utilizadas e os padrões de segurança obrigatórios utilizados em cada sistema. A Abraceel continuará acompanhando periodicamente o trabalho da consultoria até a conclusão do estudo, previsto para a próxima semana, quando então será agendada reunião para apresentação às associadas.

Agnes da Costa será a substituta do Diretor-Geral da Aneel

A Aneel publicou portaria que define a Diretora Agnes da Costa como Diretora-Geral substituta nas ausências de Sandoval Feitosa. A designação é válida até 27.05.2025. A decisão visa garantir a continuidade e eficiência nas operações da agência reguladora quando da ausência do Diretor-Geral.

CCEE tira dúvidas de agentes sobre o modelo simplificado para o varejista



No dia 24.05, a CCEE realizou Momento Capacita para tirar dúvidas sobre a 2ª fase da CP 28/2023 da Aneel. Na ocasião, a Câmara informou que o novo modelo simplificado utiliza obrigatoriamente APIs via plataforma de integração para migração. Também foi dito que a denúncia do contrato com a distribuidora permanece sendo passo necessário antes da migração, com os prazos previstos na REN 1.000/21. Contudo, a Abraceel irá sugerir, em sua contribuição da 2ª fase da CP 28/2023, que essa etapa seja incluída no sistema da CCEE para evitar problemas recorrentes em relação à denúncia do contrato junto à distribuidora. Sobre a Declaração de Histórico de Consumo (DHC), a Câmara enfatizou que é de responsabilidade da distribuidora inserir a informação no sistema e que a declaração permanece sendo utilizada para o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Sobre penalização, foi informado que, em caso de descumprimento de prazos para validação das informações pela distribuidora, a CCEE pode enviar informações à Aneel, se for solicitada. Sobre medição, foi reforçado também que o mesmo sistema da distribuidora para faturar o consumidor cativo será utilizado para o faturamento do consumidor no mercado livre. Portanto, entende-se que não haverá necessidade de adequação do SMF, visto que os consumidores do Grupo A já possuem dados telemedidos. No entanto, a CCEE ressaltou que é importante analisar caso a caso. Por fim, a CCEE informou que os testes nas APIs serão realizados no segundo semestre de 2024 para que o mercado possa se adaptar no primeiro semestre de 2025. Foi informado que será realizado novo Momento Capacita após o fechamento da CP pela Aneel. Para assistir o vídeo completo, acesse o Portal de Aprendizado da CCEE.

Na CNI, Abraceel aponta “oportunidade única” para abertura do setor

No dia 28.05, a Abraceel participou de reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, que pautou para o debate as diretrizes necessárias para a modernização do modelo do setor elétrico. Após apresentação sobre o cenário atual do setor por Mário Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, apontou que há expectativas renovadas para a evolução do tema na esfera política, após recentes pronunciamentos do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse pretender enviar projeto de lei ao Congresso Nacional até agosto para tratar da reforma setorial. Sicsú ressaltou a urgência de adaptar o mercado às novas demandas tecnológicas e aos interesses dos consumidores, destacando que o momento apresenta “oportunidade única” para a abertura do mercado, pois há expressivo volume de contratos legados das distribuidoras vencendo nos próximos anos. Dentre os temas que precisam ser endereçados, destacou a definição de um cronograma para a abertura completa do mercado, o fim do desconto no fio para os consumidores do Grupo B para a compra de energias renováveis, de forma a não sobrecarregar a CDE, além da criação de uma conta de sobrecontratação que permita ratear ônus e bônus derivados de eventual sobra de energia com as distribuidoras.



Em reunião com Goldman Sachs, Abraceel destaca perspectivas do mercado de energia

No dia 27.05, a Abraceel reuniu-se com Bruno Amorim, executivo da Goldman Sachs, para discutir a agenda do mercado de energia e perspectivas para os próximos anos. O encontro destacou avanços regulatórios, inovações tecnológicas e estratégias sustentáveis.

Abraceel discute problemas de migração com a associada Exponencial

No dia 28.05, a Abraceel e a associada Exponencial discutiram desafios relacionados ao processo de migração, faturamento, medição e inadimplência de clientes. A associada relatou dificuldades para obter medições completas no primeiro mês de migração e relatou que houve atrasos na consolidação de medições pela CCEE, de até dois meses em alguns casos, e problemas de medição que resultaram em cobranças equivocadas. Para tais problemas, a associada propôs melhorias, como a disponibilização de arquivos XML com informações das faturas. A falta de processos automáticos para o rompimento do Contrato de Comercialização Varejista (CCV) e desmodelagem do consumidor inadimplente também foram problemas destacados. Por fim, no processo de modelagem, a Exponencial alegou que enfrentou dificuldades com clientes já cadastrados na CCEE e vinculados a outros representantes.

Participe de pesquisa da associada bp sobre práticas de compliance na comercialização

A associada bp elaborou pesquisa para avaliar a adoção das práticas de compliance no mercado de comercialização de energia elétrica e pediu à Abraceel que a divulgasse para participação das associadas. A resposta à pesquisa ajudará a analisar os principais requisitos que podem ser adotados nos programas de compliance de uma comercializadora, podendo, no futuro, auxiliar na criação de um modelo de compliance padrão. O questionário consiste em oito perguntas, respondidas de forma anônima, e os resultados serão compartilhados no Relatório Semanal da Abraceel. A bp também informou que seu time de compliance está à disposição das associadas para debater práticas e ferramentas utilizadas pela companhia no Brasil. Os principais contatos são: Gustavo Abud (gustavo.abud@bp.com - 11 93380-2027) e Gustavo Godoy (gustavo.godoy@bp.com - 11 96378-8577) Participe da pesquisa [aqui](#).

Com a CNC, Abraceel detalha benefícios da abertura do mercado elétrico para o comércio

Bernardo Sicsú e Ângela Oliveira representaram a Abraceel em nova reunião com o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Leandro Domingos, para apresentação do estudo lançado pela Abraceel em parceria com a Volt, sobre os benefícios da abertura do mercado de energia elétrica, com holofotes na indústria e comércio. Domingos elogiou o estudo e está viabilizando nova reunião com a presença dos presidentes das federações do comércio, com vistas a difundir os benefícios do mercado livre de energia elétrica para o setor comercial.



Aice promove evento gratuito sobre o mercado português de energia

A Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (Aice) convida para assistir o evento gratuito “O mercado elétrico de Portugal: produção, transporte, distribuição e comercialização”, com apresentação de Ana Bernardo e Silva, Diretora-Executiva da Associação dos Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado (Acemel), no dia 05.06, às 12h (horário de Brasília). Inscrições devem ser feitas [por aqui](#).



El Mercado Eléctrico de Portugal (producción, transporte, distribución y comercialización)

[Ponencia virtual](#)



Ana Bernardo e Silva

Directora Ejecutiva Associação dos Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado (ACEMEL)

5 de junio de 2024

9 MX | 10 CO | 11 CL | 12 BR | 16 PT | 17 ES

CURTAS - Gás Natural

Subida da Serra: ANP veta injeção de gás do Terminal de Regaseificação

Em reunião extraordinária realizada em 24.05, a Diretoria da ANP autorizou, com ressalvas, a pré-operação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (TRSP). A principal condição imposta é a proibição de movimentação de gás para o gasoduto Subida da Serra, cuja classificação como gasoduto de transporte ou de distribuição ainda está sob análise regulatória. A autorização concedida é temporária, válida por 180 dias, podendo ser cancelada se as condições não forem respeitadas. A decisão ocorre em um contexto de disputas regulatórias e judiciais, já que o TRSP iniciou operações em abril sem autorização explícita da ANP, o que foi contestado pela agência, resultando na interdição do terminal.

Conselho de Carregadores aprova entrada da Firjan no grupo como ouvinte

No dia 24.05, o Conselho de Usuários, em reunião ordinária, aprovou o ingresso da Firjan no colegiado, que assim participará como ouvinte nas próximas reuniões. Em seguimento à pauta, durante a avaliação das reuniões com os carregadores, ficou decidido que cada associação participante do Conselho deve compilar suas posições sobre a Nota Técnica dos Contratos de Transporte até o final de junho, com o objetivo de buscar um posicionamento até 20.06, para apresentação na reunião com as transportadoras, marcada para 05.07, cuja pauta incluirá o plano coordenado, a conta regulatória e a resposta da POC. A carta da ATgás referente à POC será avaliada pelos integrantes do colegiado, com sugestões a serem enviadas antes da reunião do dia 05.07. Quanto à consultoria especializada a ser contratada pelo grupo para tratar de temas mais técnicos, foi decidido que assunto prioritário será o de códigos de rede, com o estudo de capacidade sendo abordado posteriormente, dada sua complexidade, e que o valor da consultoria ainda será firmado para posteriormente ser internamente avaliado pelas associações.



Gom o feriado na quinta-feira (30.05), comissões temáticas deram lugar a audiências públicas e o foco de atividades da Câmara esteve no andamento dos grupos de trabalho da reforma tributária.

Reforma tributária - com o feriado da quinta-feira (30.05), as reuniões deliberativas ordinárias das comissões temáticas da Câmara deram lugar a audiências públicas. O destaque foi para o tema da reforma tributária. O primeiro grupo de trabalho, criado para discutir o Projeto de Lei Complementar 68/2024, realizou audiência com Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, e delineou plano de trabalho que inclui oito audiências públicas e reuniões técnicas com representantes do governo e do setor privado. No mesmo dia, o GT também realizou audiência com a presença do setor industrial (CNI), comércio (CNC), agricultura (CNA), transportes (CNT), entre outros setores, oportunidade em que a CNI defendeu a redução no prazo que as empresas terão para receber os créditos que não conseguem compensar no [pagamento de imposto](#).

As demais audiências abordarão temas como normas gerais de IBS e CBS, operações de exportação e importação, regimes aduaneiros especiais, cashback, cesta básica, e regimes diferenciados para educação e saúde. O objetivo é entregar um relatório final até o fim do semestre legislativo, em julho.

As datas programadas para as audiências são:

- 3 de junho, às 14h30: Normas gerais do IBS e CBS sobre operações.
- 4 de junho, às 9h: Modelo operacional do IBS/CBS.
- 4 de junho, às 14h30: IBS e CBS sobre exportações e importações, regimes aduaneiros especiais, regimes de bens de capital e zonas de processamento de exportações.
- 5 de junho, às 9h: Cashback, cesta básica e demais alimentos.
- 5 de junho, às 14h30: Regimes diferenciados, profissões regulamentadas, serviços de educação e saúde, entre outros.
- 6 de junho, às 9h: Regimes específicos e continuação de regimes diferenciados

As apresentações realizadas na audiência do dia 28.05 estão disponíveis no site da Abraceel, na área restrita do associado, e o cronograma do grupo de trabalho pode ser acessado no [site da Câmara dos Deputados](#).

GT para o Comitê Gestor do IBS - também foi instalado o grupo de trabalho que se concentrará na regulamentação do comitê gestor e na distribuição das receitas dos novos tributos criados pela reforma tributária. O GT, composto por sete integrantes, tem prazo de 60 dias para concluir seus trabalhos, até 3 de agosto. Entre os membros estão os deputados Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), Bruno Farias (Avante-MG), Luiz Carlos Haully (Pode-PR), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), Pedro Campos (PSB-PE), Vitor Lippi (PSDB-SP) e Ivan Valente (Psol-SP).

O GT realizará audiências públicas com representantes das esferas federal, estadual e municipal, além de setores privados. A primeira audiência já está agendada para o dia 04.06, às 14h, com a presença de Bernard Appy e Camila Cavalcanti, ambos do Ministério da Fazenda. [Veja mais aqui.](#)

Próxima semana

Audiência na Câmara discutirá dificuldades no setor de distribuição - Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados realizará audiência pública para debater as dificuldades no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. [Veja a lista](#) de convidados.

Comissão de Minas e Energia da Câmara (CME) – divulgada a pauta da próxima reunião deliberativa da CME, dia 05.06, com destaque para requerimento de realização de audiência pública com o objetivo de discutir a estruturação do leilão de reserva de capacidade na modalidade potência. [Veja a pauta completa.](#)

Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara (CDE) – também foi divulgada a pauta da CDE, com destaque para o requerimento para realização de audiência pública para discutir o papel da transformação energética no contexto do desenvolvimento econômico e social do Brasil. [Veja a pauta completa.](#)

PRÓXIMA SEMANA

A Abraceel estará presente aos seguintes encontros:

03.06 - Segunda-feira: com o BIP Group, para avaliação da evolução do estudo sobre Open Energy, às 11h;

reunião do Grupo Técnico para continuar a discussão da 2ª fase da CP 28/2023 da Aneel, sobre comercialização varejista, às 15h30.

04.06 - Terça-feira: almoço com a associada Shell, às 12h;

reunião extraordinária do Conselho de Carregadores de gás natural, às 14h;

com a Frente Parlamentar de Energia, para discussão do PL do “Combustível do Futuro”, às 14h30;

reunião do Grupo Técnico para continuar a discussão sobre a CP 162/2024 do MME, que trata de alterações nos modelos para 2025, às 15h.

05.06 - Quarta-feira: com superintendências da Aneel (SFF, SFT e STD), para discutir problemas na migração de consumidores para o mercado livre, às 10h;

reunião ordinária do Deinfra, às 10h;

reunião do comitê de regulação da Associação Ibero-americana de Comercialização - AICE, em que será mostrado o mercado elétrico português, às 12h;

com a CNI, para discutir propostas para a abertura de mercado de energia elétrica, às 15h;

com Augusto Machado, Presidente do SINGTD, sindicato empresarial que defende empresas geradoras, comercializadoras, transmissoras e distribuidoras de energia, para discutir a agenda do mercado, às 17h.

07.06 - Sexta-feira: live exclusiva do Jota Pro, para discutir a regulamentação da reforma tributária, às 9h30.